



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ASSUNTO: ATA DA CLX (160ª) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO DIA 27 DE AGOSTO DE 2007.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e sete, às dezoito horas e cinquenta minutos, no Auditório do IPREVILLE, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde em sua 160ª Assembléia Geral Ordinária. Estavam presentes: Maria Cristina B. Tobar, Hamilton Augusto do Nascimento, Douglas Calheiros Machado, Paulo Fernando Vieira, Odete Acordi Diener, Jorgiane da Cunha, Liamar Michelmann Laffin, José Rodrigues dos Santos Filho, Heloísa Hoffmann, Janaína Martins, Nilza Cristina L. Afonso Valor Gonçalves, Lila Gerusa N. P. Abreu, Nelson Renato Esteves, Jeovane Nascimento do Rosário, Luciano Soares, Deise Gomes, Cátia Guimarães Pereira, Ana Lúcia de Melo, Nilse Victória Gomes, Narcizo Schaeffer Feijó, Tânia Izabel do Rosário Irala, Arodi Francisco de Oliveira, Lindomar Spindola de Oliveira, Marise da Costa de Souza, Sônia João Antunes, Bruno Henrique Herzog, Donisete José de Souza, Antonio Coelho, Luiz José Ladislau Silva, Valdir Vieira Rebello, Terezinha Amorim de Castro, Nataniel Dutra, Osni Leopoldo Batista, Cléia Aparecida C. Gisole, Roney Rogério Brumüller, José Carlos Laureth, Mário Márcio de Leão, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Anselmo Silvério, Neide Luzia Poffo, José Martins, Maria Conceição B. Altrack, Angelina Sombrio, dez representantes de Conselhos Locais de Saúde, representantes da Rede Feminina, do INEB, do IELUSC, AJOS, CEFET e servidores da Secretaria Municipal de Saúde. A pauta estava assim constituída: **1- EXPEDIENTES E INFORMES: 1.1 Comunicados diversos; 1.2 Aprovação das Atas da Assembléias Gerais Ordinárias de 25.06.07 e 26.02.07; 1.3 Apresentação e aprovação da pauta da reunião. 2- ORDEM DO DIA: 2.1 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Internos nº 30/2007- Renovação do convênio entre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville – APAE e a Secretaria Municipal de Saúde; 2.2 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Internos nº 28/2007- Prestação de Contas do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST referente ao exercício de 2006; 2.3 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Externos nº 02/2007 referente a solicitação de transferência do servidor Ernesto Leandro para o município de Garuva; 2.4 Apresentação da Prestação de Contas do 2º trimestre da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de 2007 (abril, maio e junho), em conformidade com a Lei Federal n.º 8.689 de 27 de julho de 1993; 2.5 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Internos nº 27/2007 Reanálise quanto à aprovação da Resolução 23/2006 do Conselho Municipal de Saúde que trata da solicitação da Associação Beneficente e Evangélica de Joinville quanto ao pedido de inscrição junto ao Conselho Nacional de Assistência Social; 2.6 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Internos nº 29/2007-Solicitação de Análise pelo Conselho Municipal de Saúde sobre a Portaria 853 de 17.11.2006, que inclui na tabela de Serviços/Classificações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Serviço de Código 068 – Práticas Integrativas e Complementares; 2.7 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Externos nº 04/2007 referente a análise da solicitação do Sr. Ari da Cunha de agendamento de consulta oftalmológica. 2.8 ASSUNTOS DIVERSOS.** O Presidente, Jeovane Nascimento do Rosário, deu por aberta a sessão agradecendo a todos pela presença e passando a palavra à Secretária Marly para a leitura dos **EXPEDIENTES E INFORMES: 1.1** Comunicados diversos: 1.1.1 Atas das Assembléias Gerais ordinárias de 23.04.07 e 30.07.07 para aprovação em 24.09.07; 1.1.2 Convite para os conselheiros participarem da III Conferência Municipal de Saúde do Balneário de Barra do Sul, no dia 30 de agosto, no Hotel Bandeirantes; 1.1.3 Ofícios 807/07 de 02.07.07 e 876/07 de 15.08.07, encaminhando os Relatórios dos meses de junho e julho



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



referente as atividades desenvolvidas pela Maternidade Darcy Vargas; **1.1.4** Ofício 253/07 de 30.07.07 do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, encaminhando seu Relatório de indicadores hospitalares referente ao 1º semestre de 2007; **1.1.5** Ofício GP582-07 do Hospital Municipal São José datado de 22.08.07, informando que a conselheira Jocelita Cardoso Colagrande estará sendo substituída pela Sra. Laura Paludo nas reuniões do Conselho Municipal de Saúde; **1.1.6** Ofício 073/07 de 09.08.07 da Gerência da Unidade de Vigilância em Saúde, em resposta ao ofício 075/07 CMS, que trata da denúncia feita pelo Conselho Local de Saúde Bom Retiro sobre os cachorros soltos nas ruas. O Presidente fez a leitura do ofício. **1.1.7** Ofícios recebidos do Fundo Nacional de Saúde sobre a liberação de recursos financeiros para o Fundo Municipal de Saúde; **1.1.8** Ofício 361/07 de 31.07.07 do Gabinete do Secretário da Saúde, em resposta ao Ofício 071/07 do Conselho Municipal da Saúde referente às obras do Complexo Ulysses Guimarães; **1.1.9** Ofício DAC 168/07 de 31.07.07 da Câmara de Vereadores convidando o Presidente do Conselho para participar da reunião da Comissão de Acompanhamento à Execução Orçamentária, no dia 07.08.07, para prestar esclarecimentos sobre a construção do Complexo Ulysses Guimarães e do Posto de Saúde Adhemar Garcia. O Presidente esclareceu que estavam presentes o Secretário Municipal de Saúde e o representante da empresa que faz o acompanhamento da obra. Disse que o Secretário havia colocado que em virtude da demanda judicial, a 2ª etapa da construção do Complexo ainda estava paralisada e que o Relatório da reunião estaria disponível na Secretaria Executiva do Conselho. **1.1.10** Ofício 196/07 de 03.08.07, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, solicitando agendamento na reunião ordinária para apresentação sobre o tema: realização de campanhas contra a violência à mulher. Não havendo representante do Conselho da Mulher, a conselheira Deise colocou que se tratava de um projeto de lei que cria campanhas educativas relacionadas a violência contra a mulher. Como é um projeto do município, o Conselho da Mulher estava solicitando um espaço na pauta para apresentá-lo ao Conselho Municipal de Saúde. Sr. Jeovane colocou que seria colocado na pauta da próxima reunião ordinária. **1.1.11** Correspondência do Grupo de Trabalho de Humanização da Região, datado de 17.08.07, informando que a conselheira Rosinete Fátima F. Neto continuará participando do GTHR como representante do Conselho Local de Saúde do Floresta. Solicitam também a indicação de um representante do Conselho Municipal de Saúde. Aprovada a indicação do conselheiro Bruno Herzog. **1.1.12** Correspondência da Pastoral da Saúde datada de 24.08.07, solicitando ao Conselho Municipal que substitua a Sra. Maria de Lurdes Santos eleita como delegada para a Conferência Estadual de Saúde, pela Sra. Nilse Victória Gomes. Cléia pediu questão de ordem. Falou da necessidade de ser respeitada a lista de espera dos suplentes eleitos naquela ocasião. Segundo ela, quem deverá assumir a vaga é a primeira suplente eleita no dia da Conferência. Rosinete colocou que o assunto poderia estar sendo discutido em Plenária específica que estaria sendo proposta para a complementação do número de delegados. O Presidente leu o ofício da Pastoral da Saúde. Colocou em votação a proposta de substituição de representatividade da Sra. Lurdes para a Sra. Nilse, a qual não foi aprovada. **1.1.13** Correspondência do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE de 13.08.07, solicitando um representante dos usuários do Conselho Municipal de Saúde para fazer parte daquele Comitê. Cléia pediu esclarecimento sobre o que vinha a ser o Comitê. O conselheiro Luciano esclareceu que o Comitê analisa os projetos de pesquisa que a UNIVILLE tem interesse ou participa, principalmente na área de saúde. Sr. Jeovane leu o ofício da UNIVILLE. O conselheiros Cléia, Bruno e Sra. Terezinha se dispuseram a participar. Foi aprovada, por maioria de votos dos conselheiros presentes, a conselheira Cléia. **1.1.14** Correspondência da Srª Rosinete Fátima Ferreira Neto datada de 16.08.07, solicitando



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



um espaço na reunião ordinária do Conselho de 27.08.07, para apresentar e submeter ao Plenário, modificações efetuadas na Apresentação do Relatório final da VII Conferência Municipal de Saúde, a proposta de adequação do quadro atual de delegados eleitos. Rosinete lamentou ter voltado ao Conselho para falar sobre um ato falho dela e da Comissão Organizadora da Conferência. Falhou quando não solicitou o Relatório Final da Conferência para fazer uma leitura, porém nada que não pudesse ser corrigido. Apresentou suas sugestões de inclusão na Introdução do Relatório. Disse que foi colocado no Relatório, na íntegra, as propostas elaboradas na II Plenária Macrorregional de Conselhos de Saúde. Disse que se reuniu com Tânia, a relatora da proposta na Conferência, e então foi feita a organização das propostas que foram aprovadas para o Relatório. Quanto às propostas da macrorregional, colocou que foram divididas por área: saúde do idoso, saúde da mulher, promoção da saúde, saúde mental e fortalecimento da gestão e educação permanente. No que se referia aos delegados titulares e suplentes eleitos para participarem da 5ª Conferência Estadual, falou que foi aprovado no Conselho Municipal de Saúde dez delegados, número este baseado no Regimento da Conferência anterior, em virtude de não haver orientação do Conselho Estadual quanto ao quantitativo. Quando foi publicado o Regimento da Conferência Estadual, verificou que os municípios com mais de duzentos mil habitantes poderiam estar elegendo vinte delegados. Ao observar o Relatório final da Conferência Municipal percebeu que haviam sido aprovados *doze* titulares e *quatro* suplentes, totalizando *dezesseis* delegados. Rosinete fez duas propostas: 1- Providenciar uma reunião extraordinária do Conselho para convidar os delegados que foram eleitos e que não são conselheiros; 2- diminuir o número de delegados representantes do governo e dos prestadores de serviço ou eleger novos membros para completar os vinte titulares e os 30% de suplentes. Lembrou ainda que o Regimento Estadual estava dando prazo aos municípios de encaminhar seus relatórios até o dia 15 de setembro. Seria necessário substituir o Relatório já encaminhado ao Conselho Estadual e providenciar a errata referente a publicação encaminhada à Imprensa. Lembrou ainda, conforme o Regimento Estadual, que havia a necessidade de providenciar o Relatório em, no máximo, vinte laudas, indicando quais eram as diretrizes municipais, estadual e nacional. D. Ester, representante da Ação Social da Saúde Comunitária, lamentou que as Conferências não fossem deliberativas. Falou da necessidade de mudar este item da lei. Rosinete esclareceu que na 12ª Conferência Nacional, o Ministro havia colocado que a partir daquele momento todas as propostas da Conferência seriam deliberativas, porém ele saiu e não deixou por escrito. Falou que esta proposta poderia ser reapresentada na 13ª Conferência Nacional de Saúde. Segundo ela, o que se faz é trazer as propostas da Conferência Municipal para o Conselho Municipal de Saúde e aquilo que é aprovado, fica sendo deliberativo. Douglas colocou que as propostas da 2ª Plenária Macrorregional de Conselhos de Saúde foram entregues a ele após a Conferência. Disse que se eximia da responsabilidade de mexer nas propostas. Rosinete colocou que quando colocadas as propostas da 2ª Plenária Macrorregional pela proponente, foi avisado de que se fizesse o enxugamento e que, posteriormente, nem a Secretaria Executiva e nem a Relatoria se colocou com dificuldade de fazer. Douglas propôs que o Relatório se mantivesse como estava, de acordo com o Regulamento. Ao colocar pelo Presidente, as propostas de alteração do Relatório, este foi aprovado por maioria dos conselheiros presentes. Aprovada a sugestão de reunião extraordinária do Conselho no dia 10.09.07, tendo como assuntos de pauta: 1- Complementação do quadro de delegados que participarão da 5ª Conferência Estadual de Saúde e 2- Apresentação do Relatório realizado nas 72 Unidades de Saúde do Município. **1.1.15** Ofício037/07 de 20.08.07 do Conselho Local de Saúde do Costa e Silva, solicitando esclarecimentos a respeito da prestação de contas sobre as obras do Complexo



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



Ulysses Guimarães, bem como o motivo da sua paralisação; **1.1.16** Ofício 008/07 do Conselho Local de Saúde do Ademar Garcia datado de 23.08.07, solicitando com urgência uma enfermeira para exercer a função de Chefe do Posto. Aprovado o encaminhamento do ofício à Secretaria Municipal de Saúde. **1.1.17** Correspondência do conselheiro Antônio Coelho datada de 21.08.07, referente a esclarecimentos sobre a mudança de estrutura física da Secretaria Municipal de Saúde. Sr. Hamilton, Gerente da Unidade de Referência da Secretaria, disse que havia uma proposta para atender uma determinação legal, pois o prédio onde estava localizada a Secretaria tinha problema de acessibilidade. Diante disto, disse que estavam buscando outras alternativas. Segundo ele, ainda não havia nada decidido. O conselheiro Antonio questionou como ficaria o atendimento ao público com a descentralização. Sr. Hamilton colocou que era difícil responder porque não havia sido definido o local. Cléia colocou que o Prefeito havia solicitado uma mudança de zoneamento naquela área do América. Segundo Sr. Hamilton aquela era uma proposta. A conselheira Terezinha pediu ao Sr. Hamilton que intercedesse junto a Secretaria Municipal de Saúde para uma possível centralização de todos os serviços. A idéia era centralizar para atender melhor, completou Sr. Hamilton. **1.1.18** Ofício 515/07 GUPCAA datado de 21.08.07, da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhando a minuta de convênio da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Joinville para apreciação e análise do Conselho. Aprovado o encaminhamento da minuta de convênio para análise da Comissão de Assuntos Internos. **1.1.19** Ofício 085/07 da Comissão de capacitação de conselheiros de saúde datada de 22.08.07, informando sobre o curso que estará iniciando no dia 04.09.07. Foi feita a leitura do ofício. Foi questionado pelo Presidente se havia algum questionamento por parte dos conselheiros. A Sra. Rosinete colocou que até 2006 a Comissão trabalhou e fez Seminários Regionais em quatro meses e a atual Comissão disse não dar conta. Segundo Sr. Antonio ninguém falou que não daria conta. A Comissão teria que realizar os Seminários em nove Regionais, num curto espaço de tempo. Disse que ao iniciar o ano teriam mais facilidade de realizar as capacitações nas nove regionais. Rosinete colocou ainda a importância de contemplar o conteúdo programático, considerando que seriam somente 16 horas/aula. Questionou como ficou a reorganização do conteúdo programático. Srta. Tânia esclareceu que não houve nenhuma mudança no conteúdo. Estavam acertando com os palestrantes e convidados. Poderia, segundo ela, acontecer de que algum assunto necessite uma outra aula de capacitação. Disse que a Comissão estaria cumprindo o conteúdo, talvez não na ordem em que se encontrava. Ao colocar em aprovação o aumento do número de membros da Comissão de Capacitação de três para seis membros, a proposta foi aprovada por maioria de conselheiros presentes. Aprovadas as indicações dos conselheiros *Tânia Maria Crescêncio e Antonio Coelho*, representando, respectivamente, técnico da Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde na Comissão de Capacitação. Para completar a nominata, foi aprovada a indicação do conselheiro *José Carlos Laureth*, representante do Conselho Local de Saúde. Rosinete questionou quanto ao local das capacitações. Marly informou que não estava definido ainda. Havia solicitado o Auditório do Sindicato dos Metalúrgicos, mas não havia obtido a resposta até aquele momento. Não havendo a possibilidade de utilizar o Auditório da Secretaria da Saúde, Rosinete colocou que ao questionar o Secretário Norival sobre o assunto, o mesmo havia informado de que as capacitações poderiam ser realizadas em um Hotel. Ficou definido que seriam verificadas as possibilidades. **1.1.20** Correspondência da Srta. Michele de Souza solicitando sua participação na 5ª Conferência Estadual de Saúde como observadora. **1.2 Aprovação das Atas das Assembléias Gerais Ordinárias de 25.06.07 e 26.02.07.** Aprovadas por maioria dos conselheiros presentes. **1.3 Apresentação e aprovação da pauta da reunião.** Aprovada. 2-



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ORDEM DO DIA: 2.1 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Internos nº 30/2007- Renovação do convênio entre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville – APAE e a Secretaria Municipal de Saúde. Nilse apresentou o parecer. “Considerando: que a entidade deu integral cumprimento às exigências regulares; que a APAE credenciou-se para a renovação do convênio, conforme pronunciamento no comunicado interno nº 035/07- GUPCAA/PROA de 29.05.07, na forma estabelecida pela Resolução 002/2000 do Conselho Municipal de Saúde; Sugere-se: a aprovação da renovação do convênio”. Aprovado, por maioria dos conselheiros presentes. **2.2 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Internos nº 28/2007- Prestação de Contas do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST referente ao exercício de 2006.** Nilse apresentou o parecer: “Considerando: que cabe ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST apresentar Relatório Anual de suas atividades; que pela primeira vez foi cumprida essa exigência regular; que na preliminar foram detectadas pequenas falhas na feitura dos documentos atinentes; que na reapresentação foram sanadas as pequenas incorreções; que os dados técnicos demonstram corretamente a situação contábil do CEREST. Sugere-se: a aprovação da Prestação de Contas de 2006, que engloba os quatro trimestres do mesmo exercício”. **2.3 Apresentação do Parecer da Comissão de Assuntos Externos nº 02/2007 referente a solicitação de transferência do servidor Ernesto Leandro para o município de Garuva.** Sr. Nelson leu o parecer. “Considerando: o Ofício SMS/nº 025/2007 de 1º de fevereiro de 2007 da Secretaria Municipal de Saúde de Garuva, solicitando a transferência do servidor federal, Sr. Ernesto Leandro, agente de saúde pública, matrícula 491122, para àquele município; que o servidor Sr. Ernesto Leandro foi cedido à Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para atuar nas áreas relacionadas em ações de epidemiologia e controle de doenças, conforme Portaria nº 274 de 27.09.2000, publicada no Diário Oficial da União 260-E de 25.10.06; o memorando interno 050/2007 de 06 de agosto de 2007, informando que o servidor não poderá ser substituído por não pertencer ao quadro do município; o parecer favorável de sua chefia imediata, tendo em vista que o mesmo reside em Garuva, está com 61 anos de idade e se desloca diariamente até o município de Joinville. Sugere-se: a aprovação do referido pleito”. Sr. Antonio colocou se todo funcionário federal desejar ser transferido, ele não é substituído. Se for cedido, sim, respondeu Sr. Nelson. Douglas colocou que o funcionário desempenha algumas atividades que serão cumulativamente desempenhadas por outro ou a Secretaria Municipal de Saúde vai abrir uma nova vaga, contratando alguém. Após algumas discussões a respeito, foi aprovada, por maioria dos conselheiros presentes a solicitação de transferência do servidor. **2.4 Apresentação da Prestação de Contas do 2º trimestre da Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de 2007.** Dra. Selma se propôs a apresentar. Colocou que trabalhava no Setor de Planejamento da Secretaria, era médica e técnica. Apresentou os serviços prestados e seus quantitativos como consultas e atendimentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde, consultas ambulatoriais e hospitalares de algumas especialidades, nº de internações hospitalares e suas causas. Enfatizou que pouco mais de 80% eram urgência e emergência. Apresentou o número de exames de investigação diagnóstica feitos no Laboratório Municipal, de Análises Clínicas contratados, Hospitais e Pronto Atendimentos, Ultrassonografias e de alta complexidade. Quanto à Assistência Farmacêutica, mostrou o número de pacientes cadastrados nos Programas de Hipertensos e Diabéticos e o total de receitas ativas e o total de receitas aviadas. Apresentou as denúncias, processos e auditorias acumuladas de 1998 à 2007 até o 2º trimestre, as denúncias abertas e concluídas no mesmo período. Passou a apresentar os indicadores de saúde da criança, da saúde da mulher, controle



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



de doenças crônico-degenerativas do adulto, promoção de saúde bucal, expansão do Programa Saúde da Família. Fez uma ressalva quanto a média mensal de visitas domiciliares por família que é pactuado 0,5 e foi alcançado 0,15, devido a dificuldade de registro de informação no banco de dados. O contador Vilson apresentou a parte financeira referente as receitas do trimestre, receitas que vieram de fora, os repasses da Prefeitura e o total do trimestre. Apresentou ainda o valor orçado e o valor recebido das receitas. Mostrou as despesas orçamentárias com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros (água, luz, telefone, aluguel etc.), equipamentos e material permanente, Hospitais, Clínicas e Laboratórios. Os valores transferidos por prestadores de serviço, Hospitais, Clínicas e Laboratórios e a situação financeira do Fundo Municipal de Saúde no trimestre. Ao ser colocado o assunto em discussão, os seguintes conselheiros pediram a palavra: Douglas, Antonio, Osni, Janaína, Sônia, Heloísa, Cléia, Ester, Odete e Erani. Douglas colocou que considerando que criança não nasceu para morrer e que existia uma Comissão que investigava as mortes em crianças com menos de um ano, questionou se a Secretaria Municipal de Saúde não poderia ampliar as investigações em crianças de até 12 anos, para que se tivesse conhecimento da causa mortis naquela faixa de idade. Dra. Selma colocou que achava interessante a proposta de expandir a faixa etária, talvez, à princípio, até 5 anos, que é considerada uma faixa de risco. Disse que levaria a proposta à Comissão de Mortalidade Infantil. Odete acrescentou que não havia o Serviço de Verificação de Óbito, apenas iam conseguir encaminhar para o IML se fosse suspeita de morte violenta. Dra. Selma concordou com Odete. A partir do momento em que uma criança chega a óbito e tem suspeita de maus tratos, ou morte violenta, se tem respaldo para acionar o Conselho Tutelar, fazer o Boletim de Ocorrência para solicitar a investigação. Em muitos casos, a própria pessoa que levou a criança para o Pronto Socorro é que maltratou ou cometeu o abuso à criança. Disse que cabe ao profissional ter a percepção e convencer a família para a investigação. Achava que o Conselho Municipal de Saúde não tinha esta competência de passar por cima da autoridade dos pais para fazer a evidência e que o Conselho tinha o papel de sensibilizar os profissionais. Odete colocou que só o fato de tomar como rotina uma conversa, já se descobria uma série de coisas. Considerando o número de consultas especializadas, Sr. Antonio questionou se haveria algum mutirão e quais seriam as especialidades. Existe a lista de espera, perguntou. Questionou quanto ao valor repassado em abril ao Hospital Regional comparado aos valores de maio e junho de 2007, bem como a porcentagem paga aos serviços de terceiros, quanto a locação de imóveis. Sr. Hamilton esclareceu que a Secretaria da Saúde buscou nas especialidades e também nos tipos de exames mais represados e até junto aos profissionais que se credenciaram junto a Secretaria para realizar mutirões. Desde julho, conseguiram melhorar a ultrassografia com a realização de mais de 2.500 exames, de uma demanda de 8.600. Conseguiram também, uma profissional de neurologia no PAM Bucarein para melhorar a demanda. Quanto a oftalmologia, começou em agosto, fazendo 1.200 consultas/mês. Em três meses, somente com o mutirão terão 3.600 consultas, porém tem mais 800 que é a oferta normal/mês. Esta fila de espera era de 2000 consultas, mas, por tratar-se de uma fila de muito tempo, e muitas pessoas já resolveram seus problemas o que fazia reduzir a fila. Estavam tentando contratar um profissional de endocrinologia, que pudesse atender 4 dias por semana. Tinham uma licitação para realizar mais mil ultrassons e 300 ressonâncias. Dermatologia já tinham uma proposta, que não estava ainda contemplada. O grande problema era arrumar o prestador de serviço. Quanto ao preço era o mesmo pago ao CIS-AMUNESC em torno de R\$ 28,00 por consulta. Vilson esclareceu que os valores repassados ao Hospital Regional eram os valores registrados na contabilidade, liquidados e pagos naquele mês. Continuou dizendo que o mês de abril ficou muito abaixo,



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



talvez, no dia último dia ou no dia seguinte houve algum pagamento, o que gerou um aumento no mês seguinte. Quanto ao serviço de terceiros, referente a locação de imóvel, o Laboratório Municipal era alugado, segundo Vilson. Sr. Hamilton esclareceu que a Secretaria Municipal de Saúde vinha trabalhando para descentralizar a coleta de exames nos Postos Regionais. O prédio central ficará para a análise dos exames. Sr. Osni colocou que há uma demanda reprimida em ultrassons. O que tem demanda reprimida, esclareceu Sr. Hamilton, eram os ultrassons de abdomen total, ginecológicos, vesícula, ossos. A Secretaria paga a produção da Clínica São Marcos, que tem 150 exames médicos. O outro mutirão está acontecendo com a contratação de um profissional médico para fazer 24 exames/dia e estão com mais profissionais que além de fazer 12 atendimentos normais, estão fazendo mais 10 atendimentos. Acredita que vai diminuir sensivelmente a fila. A conselheira Janaína pediu que fosse esclarecido o que era considerado como alta complexidade no que diz respeito aos exames radiológicos. Dra. Selma colocou que compreendia desde exames citopatológicos, coleta de material para citopatológico, cobaltoterapia, hemodiálise, coleta de sangue para o teste do pézinho. Sônia pediu esclarecimento quanto a distribuição de remédios com receita pela farmácia escola, se eram somente com receita padronizada do SUS. O Secretário de Saúde, Sr. Norival, colocou como era feito quanto aos medicamentos não padronizados, a distribuição dos medicamentos da farmácia básica, os medicamentos de alto custo e de quem eram as responsabilidades de distribuição, se do município ou do Estado. Sônia questionou ainda sobre o aumento da verba para o Programa Saúde da Família, considerando que não teve aumento no número de equipes. Segundo Vilson e Dra. Selma, tratava-se da habilitação de uma equipe a mais. Heloísa observou que o número de internações por urgência e emergência era bem maior do que para cirurgias eletivas. Sr. Norival concordou, era um problema do sistema hospitalar de todo o país. Quanto a equipamentos e materiais permanentes, Cléia questionou o que entrava naquele valor de R\$ 660.008, 00. Vilson colocou que se tratava praticamente de convênios, do pago de parte do Complexo Ulysses Guimarães, que não poderia informar com certeza. Tinha também a reforma da Ala B, mas, principalmente, convênios, e computadores também, segundo ele. Cléia pediu esclarecimento de como, quantos e quais Postos de Saúde adquiriram os computadores. Teria como saber, questionou? Sim, afirmou Vilson e o Sr. Norival. Sra. Ester colocou que há alguns meses o Ministério da Saúde não faz o repasse da verba. De que forma a Secretaria Municipal de Saúde faz a cobrança, perguntou. Questionou ainda se já havia sido resolvido o problema sobre aquisição de medicamentos de alta complexidade. A questão dos repasses, informou Vilson, acontecia de fundo a fundo e quando o município recebe, todo o país recebe. O atendimento não era prejudicado pelo não repasse da verba. Quanto aos medicamentos de alta complexidade que estão em falta, Sr. Norival disse que ninguém havia se prejudicado por falta de medicamento. Houve somente um caso de uma senhora que necessitava de um medicamento caro e que a Secretaria Municipal de Saúde agiu prontamente, adquirindo-o. Lembrou que no ano anterior o Conselho Nacional de Medicamentos editou uma Resolução que impôs ao Estado e ao Município a obrigatoriedade dos fornecedores de aplicarem 24% de desconto do preço de fábrica nos medicamentos de alto custo. De março até o momento, os fornecedores se negaram, o que gerou um grande problema junto a nação, com os conseqüentes atrasos. A conselheira Odete e a Sra. Erani, servidora, solicitaram algumas informações sobre o índice de mortalidade materna e visitas domiciliares, as quais foram esclarecidas pela Dra. Selma. Colocou ainda que gostaria de fazer uma apresentação mais completa. Foi solicitado um tempo maior ao Conselho Municipal de Saúde para fazer a análise da Prestação de Contas, porque não havia tempo hábil para formatar uma apresentação mais detalhada, com gráficos.



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



Completo dizendo que ao encerrar o trimestre no dia 30 de junho, o fechamento se dá somente no dia 15 de julho, quando iniciam os trabalhos de montagem de gráficos e indicadores. Falou que por este motivo foi solicitado um maior espaço de tempo para fazer uma apresentação mais detalhada e caprichada. Questionou se seria possível reverter a decisão anteriormente tomada. Aprovado, por maioria de conselheiros presentes, o encaminhamento da Prestação de Contas do 2º trimestre da Secretaria e Fundo Municipal de Saúde para análise e parecer da Comissão de Assuntos Internos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às vinte e uma horas e quinze minutos, da qual eu, Marly R. Wesling, lavrei a presente Ata.